



## **EDUCAÇÃO POPULAR E O PAPEL DO MEDIADOR NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

Gisania Carla de Lima (autor); Orlandil de Lima Moreira (co-autor)

Universidade Federal da Paraíba – UFPB  
profgisania@outlook.com

**Resumo do artigo:** Este trabalho busca evidenciar o importante papel desempenhado pelos mediadores no processo de participação cidadã que demarcou uma postura diferenciada dos sujeitos sociais e das instituições. É um dos resultados da discussão/análise de dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba onde tivemos a oportunidade de identificar a atuação de agentes, que chamamos de mediadores, na articulação e mobilização da sociedade civil para a intervenção nos espaços público. Como procedimento metodológico realizou-se uma pesquisa documental junto a instituição e aos sujeitos envolvidos nas ações desenvolvidas por ela, bem como e aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado, que nos permitiu uma maior aproximação dessa realidade, além de um levantamento documental. Desta forma, destacamos, no processo de participação dos cidadãos nos espaços de debate sobre as políticas públicas, o papel desses mediadores como importante e necessário para inclusão das demandas dos sujeitos sociais e para a divulgação de aprendizados relacionados à democracia participativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação Cidadã; Educação Popular; Mediação.

### **Introdução**

Para este trabalho parte-se da noção de que as ações educativas e o papel do *mediador* no processo de participação cidadã constituem-se na dimensão educativa dos movimentos sociais, marcada pelos princípios da educação popular. Com isso, considera-se que esta dimensão educativa está voltada para o plano coletivo com a finalidade de promover a autonomia dos sujeitos, promovendo aprendizados através do debate de temas como: cidadania, participação social e políticas públicas, demandados pelas organizações que se envolvem com o processo educativo da participação. Daí a necessidade de investigar acerca das organizações que podem mediar este processo.

A educação popular é uma concepção que constitui uma dimensão ética do diálogo, considerando elementos da realidade do sujeito, como cultura, trabalho, liberdade e igualdade, e gera experiências e reflexões para a busca da superação da exclusão e da desigualdade (MELO NETO, 2004). Esta concepção formou-se a partir de acontecimentos históricos de um período que antecede a década de 1970 – momento de auge dessa concepção no país. Segundo Brandão (2002), as escolas anarquistas de/e para trabalhadores dos bairros operários de São Paulo, do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, representaram o germe da prática educativa popular no final do século XIX e início do XX. Estas experiências buscaram acrescentar ao



ensino regular das “coisas-que-todo-mundo-deve saber” uma espécie de saber-de-classe, com uma forte marca ideológica.

A definição do paradigma da educação popular encontrada em uma publicação de 1993, da revista *Tempo e Presença* (TEMPO E PRESENÇA apud COSTA, 2000) revela a relação desta concepção com a prática dos movimentos sociais populares. Mostra-nos a profundidade desta enquanto formadora de um projeto político pedagógico para a vida dos homens e mulheres, com a promoção da ideia de democracia enquanto um valor cultural a ser difundido através da educação e da participação nos processos de aprendizagem como momento importante na formação dos sujeitos. Vejamos a citação:

O “Paradigma da Educação Popular” (PEP) é aqui compreendido como um conjunto de idéias políticas, filosóficas e pedagógicas que nasceram com os Movimentos de Educação de Base e Cultura Popular (...) Alguns pontos de honra deste paradigma são: a valorização da cultura popular; a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia no processo de relações sociais mais justas; a necessidade de ter como referência constante, ao longo de qualquer processo pedagógico ou de mudança social, a realidade de vida dos educandos e a forma com que eles encaram esta realidade - a relação entre conhecimento e politização, entre educação e movimentos sociais; o estímulo à participação dos educandos em todas as fases do processo educativo; a atenção ao pequeno, ao miúdo, ao cotidiano, a tentativa de fazer com que o ensino seja também pesquisa, uma investigação curiosa sobre a realidade (COSTA, 2000, p.16).

O conjunto das práticas educativas populares ganham espaço junto aos movimentos sociais, garantindo o estabelecimento da dimensão educativa e reforçando o caráter político e transformador da educação popular. Os movimentos sociais são formas renovadas de promover educação popular através de suas ações e das práticas educativas que desenvolvem (GOHN, 1992). De acordo com as considerações de Gohn (2004), os movimentos sociais são fontes de inovação de ideais socialistas com uma nova interpretação para igualdade, fraternidade e liberdade, que passaram a ser consideradas como justiça social, solidariedade e inclusão social no contexto atual, tornando-se “matrizes” geradoras de saberes. Percebe-se



com isso que os movimentos sociais têm na sua dinâmica perpetuado e valorizado essa interpretação, direcionando a autonomia dos sujeitos para ações reflexivas e para a compreensão de conceitos, como cidadania e democracia.

Nesse contexto a participação ganha visibilidade, instituindo uma realidade onde se pode perceber a construção de relações sociais que a valorizam enquanto uma prática de organização da ação coletiva e de conscientização dos sujeitos sociais, com vistas à superação das desigualdades. Com o processo de participação na gestão pública, por exemplo, a sociedade civil organizada coloca-se na condição de copartícipe na elaboração e implantação das políticas públicas.

Como sugere Celiberti (2005):

A participação é uma forma de viver a democracia e ela abarca as práticas anômalas e subversivas que vivem no plano subjetivo e pessoal aquelas coisas que fazem as formas de sentir e amar, as formas de viver e criar comunidade (CELIBERTI, 2005, p. 56).

Ela funciona como um mecanismo de poder que deve fazer com que os interesses particulares dos governos sejam influenciados pelos interesses coletivos, inibindo escolhas independentes, redefinindo as relações sociais e também de poder. Sobre as relações sociais, devemos considerar que a “democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos” (CHAUÍ, 2005, p. 24). Nesse sentido, o conflito é considerado como legítimo e necessário, assim como a capacidade de estabelecer diálogo e de construir consensos num contexto de participação.

A participação possibilita a criação de uma cultura para a cidadania, como já foi mencionado, sugerindo a existência da democracia como valor cultural apreendido por qualquer cidadão.

## **Metodologia**

Para a realização deste trabalho, escolheu-se como campo de investigação o papel do *mediador* no processo de participação cidadã junto às organizações do fórum de entidades populares e movimentos sociais que atua no município de Guarabira. Utilizou-se procedimentos como levantamento bibliográfico sobre o tema da educação popular e da participação com o objetivo de aproximar a teoria e os sinais encontrados na realidade



observado; observação e análise das ações desenvolvidas para a participação e dos materiais produzidos para os espaços formativos (oficinas, seminários, cursos modulados, encontros); e, aplicação de entrevista com roteiro semi-estruturado.

Destacam-se também as falas dos sujeitos como elemento importante na aproximação entre a teoria/conceitos e o real, que é a relevância metodológica e analítica da construção dos discursos expressos por pelos sujeitos envolvidos nessa investigação. Através da fala percebe-se a atribuição de significados aos elementos mais gerais e específicos das interações sociais que norteiam o fenômeno estudado.

## **Resultados e Discussão**

Na literatura sobre educação popular a definição dada por vários autores sobre a categoria de mediadores, mostra que a contribuição destes personagens favorece o aspecto educativo da ação dos movimentos sociais. Segundo Bezerra (1980), a contribuição dos diversos grupos sociais, a exemplo dos quadros universitários, tornou-se pertinente no processo de animação e mobilização dos movimentos populares no período de 1959-64. Embora não sejam considerados os agentes principais da ação social do movimento popular, enquanto sujeitos educadores, os mediadores foram importantes para o desenvolvimento de atividades educativas voltadas para a alfabetização, educação de base e cultura popular, segundo esta citação da autora.

[...] o movimento popular não deve a sua existência ao poder de mobilização dos quadros do governo, da Igreja, dos partidos pseudopopulares ou das universidades. Mas foi a luta pelo destino a dar a esse movimento popular que deu margem à mobilização dos quadros das citadas instituições em torno da força potencial das camadas populares. Sem querer com isso negar o estímulo que significou e o peso que teve, para o movimento popular, a presença atuante desses diversos grupos. (BEZERRA, 1980, p.21).

Os mediadores surgem como personagens importantes no cenário das lutas dos movimentos sociais populares, colaborando para a organização coletiva na sociedade. Também considerados como sujeitos educadores, a Igreja, o Estado, os partidos políticos, Organizações Não Governamentais(ONGs) entre outros, contribuíram para que as ações



desenvolvidas pelos movimentos sociais fossem direcionadas para uma “prática consequente” na sociedade (WANDERLEY, 1980).

É necessário fazer um rápido resgate da trajetória histórica do conceito de *sujeito educador* para apresentar as impressões sobre a realidade estudada. Segundo Gohn (2005b), os anos de 1970 e 1980 mostram que as Ong’s apoiavam os movimentos sociais e populares na luta contra o regime militar, preocupadas com a redemocratização da política no país. A partir de 1990, também com o aparecimento do *terceiro setor*, elas passaram a atuar em redes, desenvolvendo processos mais autônomos, e, em alguns casos, desvinculadas dos movimentos sociais. A autora segue sua análise apresentando aspectos positivos e negativos da forma de atuação dessas instituições na sociedade, partindo da fundamentação de um novo paradigma, de acordo com a citação a seguir:

[...] No novo paradigma, mobilizar as pessoas deve ser uma tarefa integral: mobilizar corpos, emoções, pensamentos e ação de forma que se provoquem mudanças nos hábitos e no comportamento dos indivíduos, alterando o resultado de sua participação política, inserindo-o na comunidade próxima, ajudando a desenvolver um espírito fraterno e comunitário. (GOHN, 2005b, p.93).

Esta citação se identifica com as considerações que se apresentam sobre a relevante atuação de Ong’s, que no caso do processo de participação cidadã em Guarabira, destaca-se a Associação Sedup – Serviço de Educação Popular. Esta organização guarda em sua trajetória momentos que exemplificam a configuração desse novo paradigma citado por Gohn (2005b).

Estruturada a partir da necessidade da formação de uma instituição voltada para a organização política dos grupos populares na região do Brejo paraibano, a Associação Sedup foi criada na década de 1980 com a união de agentes de pastoral, coordenação do PEM, membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), padres e a presença de Dom Marcelo Pinto Cavalheira, primeiro bispo da diocese (criada em 1980), que tinha uma visão ideológica ligada a Teologia da Libertação, representando o apoio de uma ala importante da Igreja Católica local.

Alguns serviços foram articulados para assessorar os movimentos sociais, principalmente os do campo no processo de renovação sindical, criando o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), para acompanhar a luta pela terra que surgia a partir do trabalho ligado a Pastoral Rural, e a Associação Sedup, juntamente com a Irmã



Valeria Rezende. Além disso, nesse período foi dado incentivo a criação das pastorais da Igreja, formando um conjunto de pastorais na região que desenvolvia o processo de organização tanto na cidade quanto no campo com um apoio significativo as Comunidades Eclesiais de Base que atuavam nos bairros através dos Grupos de comunidade. Conseqüentemente, os membros desses grupos participavam dos movimentos sociais na região sendo apoiados e assessorados pela Associação Sedup com formação política, organização de grupos e processos de capacitação. Contudo, essa ação da Associação Sedup, como já dissemos, voltava-se especialmente para o campo, resultando na renovação no sindicalismo rural na região.

Com o passar dos anos, a entidade consolidou suas ações acompanhando os processos políticos-culturais da região, e tornou-se uma associação, em 1991, autônoma, sem fins lucrativos, de utilidade pública. A Associação Sedup tem suas atividades financiadas por projetos institucionais apoiados, principalmente por entidades como *Misereor*, fundada pela igreja católica da Alemanha. Atualmente desenvolve seus trabalhos tanto na zona rural – em áreas de assentamento dos municípios da região –, como na zona urbana de Guarabira, onde capacita, organiza e mobiliza os sujeitos sociais para a participação cidadã e controle social das políticas públicas com vista a transformar a democracia, tornando-a mais acessível, representando mudanças na qualidade de vida dos cidadãos.

A articulação dessa Associação com outras organizações e movimentos sociais em fóruns estaduais e nacionais – como exemplo da Articulação do Semi-árido Paraibano, Articulação Estadual de Políticas Públicas, Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos, Fórum Nacional de Participação Popular – possibilitou a essa entidade realizar atividades em cooperação, fortalecendo a organização e articulação da sociedade civil em rede para a intervenção na gestão pública. Portanto, o resultado dessa articulação foi o envolvimento da entidade com diferentes temáticas e em diferentes espaços.

Como *sujeito educador*, a Associação Sedup desenvolve um papel importante no município de Guarabira, tornando-se, nos últimos anos, um dos principais sujeitos na articulação dos movimentos sociais e organizações e entidades populares para a participação e intervenção na gestão pública municipal. Vale salientar que apesar da forte influência dessa entidade, a condição cidadã foi apreendida de tal forma, que a ação desses sujeitos não é confundida com as ações institucionais da Associação Sedup. Ou seja, eles possuem uma dinâmica própria representando uma postura autônoma das organizações diante da influência do mediador, como pôde ser sinalizado no trabalho de dissertação.



As organizações passaram a compor um fórum de entidades populares e movimentos sociais em Guarabira, que viabilizou uma maior incidência na discussão sobre políticas públicas no município, pautando seus temas e suas demandas na agenda pública. Assim, destacam-se dois aprendizados importantes do processo de participação cidadã: o primeiro aprendizado consiste no fato de que hoje esse quadro foi revertido pelos sujeitos, havendo a discussão das políticas públicas, tanto no interior das organizações, como nos espaços públicos, representando uma mudança significativa na ação dos movimentos e entidades do município e a publicização do tema do orçamento, das políticas públicas e da participação; já o segundo aprendizado foi as organizações aprenderem a também ocupar a posição de mediadores, ou seja, de sujeitos educadores, ao despertarem para uma ação coletiva e educativa de capacitação e reivindicação, responsabilizando-se pelo processo de participação cidadã, discutindo ações e ocupando os espaços públicos e de poder.

Portanto, os sujeitos compreendem melhor essa “nova” dinâmica das relações de poder conforme o envolvimento com ações educativas nos espaços públicos. Estas ações estão voltadas para a mobilização dos sujeitos para a participação; para a discussão dos temas relacionados ao cotidiano destes; para o fortalecimento de ações de forma coletiva; e, para a intervenção na gestão pública local. Para isso são organizadas com mais frequência ações de articulação para as quais atividades como oficinas, seminários, encontros, curso modulados e capacitações, têm a finalidade de fazer os sujeitos adquirirem e retomarem uma consciência do direito à participação através do processo de formação educativa nos temas da gestão pública. Os sujeitos estão envolvidos em um processo de formação para o acompanhamento às discussões que se relacionam com a implementação de políticas públicas naquele município.

Sobre o formato das capacitações, avalia-se que estas podem cumprir um papel importante na organização e atuação dos sujeitos e no repasse de conhecimentos sobre determinados temas da gestão pública através de uma metodologia participativa e, por último, encaminha-se uma ação para que se exercite o que foi aprendido nesse momento, dando continuidade ao processo de formação desses sujeitos. Dessa forma, o desenvolvimento dessa ação de formação, orienta-se nos moldes da educação popular.

Nos momentos formativos, os sujeitos apropriam-se de discussões sobre as relações sociais, participação política e social, as análises conjunturais, sendo, portanto, aplicada uma metodologia problematizadora e questionadora da realidade. As experiências identificadas direcionam-se para a construção coletiva dos conhecimentos, bem como para a valorização das mudanças ocorridas a partir do processo educativo que os envolve. É neste momento do pensar metodológico que observa-se a prática da educação popular como o caminho a ser

percorrido para a constituição de uma *pedagogia da participação popular* junto aos movimentos sociais e organizações populares.

## Conclusões

O presente artigo possibilitou a percepção a importância do papel do *mediador* no processo de participação do cidadão na gestão pública e o poder político local, certificando que a base educativa desta prática educativa está voltada para a educação popular. Portanto, são possível o diálogo entre a participação e a educação popular que se renova na atual conjuntura da ação dos movimentos sociais e organizações populares.

Além disso, o *sujeito educador*, como chamou-se o mediador, desenvolve uma ação institucional específica que lhe garante aprendizados, ou seja, o movimento é o de formar e si formar no processo educativo, lembrando a celebre frase de Paulo Freire “Ninguém forma ninguém...”. O aprendizado é coletivo podendo gerar mudanças para a participação do cidadão, intensificando os conflitos ou reafirmando posturas políticas que limitam a participação. Ocorre no debate sobre a realidade e na elaboração de propostas para superar as dificuldades e garantir o direito à participação.

Dessa forma, é possível considerar a necessidade de discutir e (re)fundamentar o tema da educação enquanto prática popular. Isto para que as experiências que daí advêm não caiam no vazio e no esquecimento, tendo em vista todas as conquistas já alcançadas e a necessidade de mantê-las vivas, buscando constituir uma cultura da participação, considerando-se o processo político-educativo de empoderamento, autonomia e emancipação dos sujeitos.

## Referências

CELIBERTI, Lilian. Atores, práticas e discursos da participação. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto, Polis, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento/Pesquisa qualitativa em saúde**. SP: RJ.Hucites-Abrasco. 1998.

MOREIRA, Eliana Monteiro. **Servo de ninguém: a pequena produção urbana em João Pessoa.** João pessoa: Manufatura/PPGS-UFPB, 2005.

MOREIRA, Orlandil de Lima (orgs). **Educação Popular e Movimentos Sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gestão Pública Local e Participação Social nos Conselhos Municipais da região do Brejo da Paraíba Mudanças e Continuidades.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (Doutorado). São Paulo, 2002.

PEREIRA, Adriana Freire. **A Gestão Democrática do Conselho Municipal do Orçamento Participativo de Campina Grande-PB: impasses, desafios e avanços.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal da Paraíba/Campina Grande, 2004.

PONTUAL, Pedro. Educação Popular e seu papel na democratização das estruturas políticas e espaços públicos. In: ROCHA, Regina (org). **Participação Social: desafios para a democracia.** Contemporânea: Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005.

RAICHELIS, Raquel. Os caminhos da publicização. IN: **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry (org). **Pesquisa-Ação: princípio e métodos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** Ilse Sherer-Warren. São Paulo, 2005.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação popular e movimentos sociais.** Afonso Celso Scocuglia e Edineide Jezine. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

CELIBERTI, Lilian. Atores, práticas e discursos da participação. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). **Os sentidos da democracia e da participação.** São Paulo: Instituto, Polis, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo, Cortez, 2001.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento/Pesquisa qualitativa em saúde**. SP: RJ.Hucites-Abrasco. 1998.

MOREIRA, Eliana Monteiro. **Servo de ninguém: a pequena produção urbana em João Pessoa**. João pessoa: Manufatura/PPGS-UFPB, 2005.

MOREIRA, Orlandil de Lima (orgs). **Educação Popular e Movimentos Sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gestão Pública Local e Participação Social nos Conselhos Municipais da região do Brejo da Paraíba Mudanças e Continuidades**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (Doutorado). São Paulo, 2002.

PEREIRA, Adriana Freire. **A Gestão Democrática do Conselho Municipal do Orçamento Participativo de Campina Grande-PB: impasses, desafios e avanços**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal da Paraíba/Campina Grande, 2004.

PONTUAL, Pedro. Educação Popular e seu papel na democratização das estruturas políticas e espaços públicos. In: ROCHA, Regina (org). **Participação Social: desafios para a democracia**. Contemporânea: Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005.

RAICHELIS, Raquel. Os caminhos da publicização. IN: **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry (org). **Pesquisa-Ação: princípio e métodos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. Ilse Sherer-Warren. São Paulo, 2005.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação popular e movimentos sociais**. Afonso Celso Scocuglia e Edineide Jezine. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.